

**18º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**

**26 a 29 de JULHO DE 2017**

**BRASÍLIA – DF**

**GRUPO DE TRABALHO 35: JUVENTUDES, VELHICES E CONSTRUÇÕES  
IDENTITÁRIAS**

**TITULO DO TRABALHO: VELHICIDADE: transitando pelos espaços  
urbanos na velhice**

**Isolda Belo<sup>1\*</sup> e Fátima Neves<sup>\*\*</sup>**

---

<sup>1</sup> \*Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

<sup>\*\*</sup> Faculdade Frasinetti do Recife (FAFIRE)

## **Velhidade: transitando pelos espaços urbanos na velhice**

**Isolda Belo; Fatima Neves**

### **RESUMO**

Que cidade existe ou existiu para as pessoas idosas? Vivem o pertencimento ou caminham por ruas, praças, avenidas e equipamentos urbanos que lhes são estranhos? São perguntas que norteiam a pesquisa do Programa de Pós Graduação em Gerontologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em parceria com a Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE). Justifica-se, tanto pelo acelerado envelhecimento da população brasileira e a concentração de pessoas idosas nas áreas urbanas, mas também, pela constatação realizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), da necessidade de adequar as cidades de forma a permitir a inclusão do coletivo deste grupo etário.

A cidade não é apenas um lugar aparentemente caótico onde se localizam as edificações e são distribuídos seus moradores. Ela é, sobretudo, um espaço de trânsito de ideias, identidades e memórias refletindo as desigualdades sociais. A partir delas, podem surgir alternativas para superar as dificuldades dos grupos excluídos por razões econômicas, étnicas, de gênero e/ou de idade. Entre eles, possivelmente, o coletivo idoso seja o que sente maior dificuldade para viver nas cidades brasileiras.

O projeto se insere na abordagem qualitativa de **pesquisa ação**, de forma a identificar os significados da vida urbana presentes na memória deste coletivo. Sua etapa inicial se desenvolve na cidade do Recife, utilizando-se como técnicas a História de Vida, entrevistas, grupos focais e workshops em três programas destinados a este grupo populacional desenvolvidos pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pela FACULDADE FRASSINETI (FAFIRE) e pela Associação de Moradores **da Madalena**.

**Palavras-Chave:** velhice, cidades, saúde urbana, pertencimento, reconhecimento social

## INTRODUÇÃO

O trabalho que aqui apresentamos surge de discussões entre pesquisadoras de diferentes áreas de conhecimento sobre a necessidade de pensar o envelhecimento a partir do contexto social mais amplo. Historicamente, a temática da velhice tendeu a ser enfocada sob a perspectiva biológica considerando o processo individual do ciclo de vida. Igualmente, observa-se a hegemonia de um pensamento que foca sua análise nas questões biomédicas do envelhecimento ou, de outro lado, nas idiosincrasias deste grupo etário, suas dificuldades, vulnerabilidades, demandas.

No entanto, o compromisso assumido nesta pesquisa, é o de compreender a realidade deste coletivo social a partir das relações que eles estabelecem com o mundo social, e a forma como eles as interpretam, sentem, vivem e sonham. Esta opção se deu não apenas pelas mudanças paradigmáticas que se impõem em relação às explicações teóricas sobre esta fase da vida, mas também, pelo entendimento básico de que a velhice é também, e principalmente, o resultado das trocas estabelecidas entre o sujeito e sociedade. Para tanto, escolhemos estudar a realidade deste coletivo por meio de sua relação com a cidade. Entendemos que é no contexto da cidade, e do exercício da cidadania, que se produzem estas relações: Segundo Auzelle (1971) “a cidade é “um lugar de trocas”. Trocas materiais mas também trocas espirituais(...): “é uma escola permanente, espaço único de homens diferentes”. (...) “A cidade é a escola, a escola permanente (...). A cidade é arquivo de pedra. Memória, ao mesmo tempo que projeto” (AUZELLE, 1971 apud BERNADI, 2006, p.21).

Neste sentido, iniciamos esta pesquisa, que envolve duas instituições diferentes e profissionais com abordagens teóricas diferenciadas, para dar conta do desafio assumido de realizar uma investigação de cunho teórico e metodológico inovador, tanto para as que coordenam este trabalho, como para a forma como se pretende conhecer a realidade do coletivo idoso.

Teoricamente, se busca entender esta relação cruzando ideias de pensadores como Touraine (1999), com a sua interpretação do sentimento de pertinência presente no indivíduo, representado pela ideia permanente de sentir-se parte de uma coletividade e o argumento que, após a sedimentação de um mundo globalizado, tendemos ao retorno e reforço aos valores de nossas comunidades locais. Seguimos acompanhando as ideias de Honnat (2003) , pois, para além da luta pela preservação da vida é importante assinalar que o coletivo de pessoas, idosas ou não, lutam por reconhecimento. Neste sentido, o sujeito pode se sentir e ser excluído pelo outro, afetando a sua identidade e autoestima. Tal luta, portanto, vai além da redistribuição de bens materiais,

incluindo uma luta por estima social. Essa luta pelo reconhecimento também se entrelaça com a construção da identidade (e da diferença) sempre vinculada com as relações de poder e de busca de exercício da cidadania. O processo de construção da identidade (e da diferença) revela os processos pelos quais são demarcadas as fronteiras e classificados quem são os excluídos e os incluídos. (SILVA, 2008)

Metodologicamente, fomos encontrar um procedimento que permite não apenas compreender a realidade, mas também transformar a todos os envolvidos no trabalho de investigação. Trata-se da Pesquisa Ação que se caracteriza pela produção de novos conhecimentos por meio de uma intervenção em que os sujeitos envolvidos também participam e se transformam na medida em que a investigação se desenvolve.

Este artigo descreve e fundamenta a pesquisa e sua metodologia em fase de implementação na cidade do Recife.

## **A Velhice e suas interpretações**

Envelhecer é a única perspectiva para quem não morre prematuramente. O avanço da tecnologia médica e a adoção de medidas sociosanitárias, entre outros fatores, vêm permitindo o crescimento do número de pessoas que atingem a velhice. Esse crescimento se dá em tal medida, que a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou duas Assembleias Mundiais sobre o Envelhecimento (1982 e 2002). A partir delas, lançou o alerta sobre os riscos de fracasso de qualquer plano de desenvolvimento, caso não se leve em consideração o fenômeno da transição demográfica. Para enfrentar esse desafio, propôs o conceito de *Envelhecimento Ativo*, entendido como o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, de forma a permitir que a população vá envelhecendo com qualidade de vida. No Brasil, aproximando-se dessas diretrizes, assimila-se esse conceito e são elaboradas políticas públicas, fruto das orientações internacionais e da luta do movimento organizado. São marcos desse processo a Constituição Brasileira de 1988, a Política Nacional do Idoso de 1994 e a aprovação do Estatuto do Idoso em 2003. O Brasil também se engajou no projeto Cidade Amiga do Idoso desenvolvido pela OMS, que visa estimular a adequação dos espaços urbanos à inclusão da pessoa idosa que, em sua maioria, vive nas cidades.

Pensar e intervir considerando o discurso da pessoa idosa sobre a cidade, significa ouvir as suas realidades, intercambiar experiências, produzir conhecimento que podem conduzir transformações. Nessa perspectiva, a cidade se revela como a ponte indestrutível entre cultura e educação tendo em vista que a ideia de pertencimento é o motor que move pessoas, grupos e comunidades.

É nesse contexto e, tendo por diretriz a os resultados desses estudos, que se busca conhecer os discursos sobre a cidade, em suas dimensões de passado, presente e futuro manifestados pela população idosa. As perguntas que norteiam este projeto são dirigidas para a percepção da atual geração com mais de sessenta anos de idade sobre: qual a cidade em que viveu; qual a cidade em que vive atualmente; e qual a cidade que deseja. Frente a isto, pergunta-se também como acreditam que poderiam contribuir para a

transformação desse espaço identificando a sua potencialidade para criar ou recriar novas formas de inclusão.

Pretende-se ter como resultado um ideia de uma cidade que defenda o princípio da *velhabilidade*, termo introduzido neste projeto, originado da analogia com a proposta de construção de um planeta com sustentabilidade. No caso desse novo conceito, um mundo em que possamos vincular o desenvolvimento sustentável à criação de espaços e estruturas capazes de envolver as pessoas idosas. Trata-se de imaginar uma cidade em que se oportunizem não apenas novas habilidades, mas também uma dinâmica inclusiva, para que o processo de envelhecimento e a velhice sejam uma *realidade cômoda para todos* (BEAUVOIR,1990).

Este estudo se justifica pela importância que a temática do envelhecimento vem assumindo no âmbito da gestão pública devido, principalmente, ao desafio que representa o envelhecimento populacional. O debate em torno deste tema vem se orientando, em geral, por visões alarmistas que preveem a quebra da Previdência Social e a saturação da rede pública de saúde. Em nível internacional, a Organização das Nações Unidas, realiza duas assembleias mundiais sobre o envelhecimento (Viena/1982 e Madri/2002), indicando a importância deste coletivo no âmbito dos planos internacionais de desenvolvimento. O Brasil, incorporando esta recomendação internacional, institui em 1994, a Política Nacional do Idoso com o objetivo de promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade (Lei nº 8.842). Em seu artigo 3º, traz as disposições gerais que tratam o envelhecimento populacional como uma questão de interesse da sociedade em geral e reconhece a necessidade de considerar as diferenciações econômicas, sociais e regionais existentes no Brasil na formulação de políticas direcionadas às pessoas idosas.

No âmbito de Pernambuco e de Recife, ao mesmo tempo em que se observa a tendência de organização do próprio coletivo pressionando por seus direitos sociais, são iniciados alguns programas que buscam atender a esta população. No entanto, apesar da identificação quase consensual do ambiente hostil ou pouco receptivo para a vida deste grupo etário nos espaços públicos, ainda não

foram devidamente escutadas/registradas as expectativas, queixas ou dificuldades dessas pessoas em se incorporarem à vida urbana. Em geral, o que se encontra, são estudos que focalizam sua atenção em questões específicas relativas prioritariamente à saúde sem que se dê ênfase às influências do contexto social onde vive esta população.

Os estudos sobre a história da velhice afirmam, que a preocupação com o envelhecimento sempre esteve presente ao longo da história da humanidade. Na mitologia, na literatura, nas artes e no desenvolvimento científico das sociedades, este é um tema referente, embora se alterem as imagens e os discursos elaborados sobre o seu significado que, varia, não apenas com os tempos históricos, mas também através das diferentes culturas (BEAUVOIR, 1970).

A partir da década de 80, no entanto, a preocupação com a velhice e a realidade da pessoa idosa, adquire um aspecto inovador e desafiante. Inovador, porque ocorre um deslocamento dos aspectos que historicamente estimularam os estudos sobre esta fase da vida: transforma-se uma perspectiva que enfatizava o estudo da velhice buscando a sua superação (o prolongamento da juventude), em uma nova lógica, internacionalmente compartilhada, de que é necessário compreender o envelhecimento e a realidade da pessoa idosa em si mesma sob o risco de comprometer todos os planos de desenvolvimento das sociedades ocidentais do século XXI (OMS, 2002).

Neste sentido, apresenta-se o elemento desafiante que envolve a temática da velhice, pois ela se vincula não apenas ao contexto pessoal, existencial, familiar, individual do processo biológico e social da pessoa idosa, mas, principalmente, à diversas estruturas sociais e econômicas que compõem uma sociedade. Este desafio, decorrente, primordialmente, do envelhecimento populacional, ou seja, do aumento numérico do coletivo de pessoas idosas no mundo, acentua-se diante de uma dinâmica que sempre considerou o perfil demográfico de uma população jovem como modelo ideal para os planos de desenvolvimento.

A tendência de interpretação dominante identifica as pessoas idosas como um grupo de densidade significativa, que virá produzir problemas ao atual sistema de distribuição dos recursos públicos, seja da Previdência Social, seja dos gastos sociosanitários. Nesta perspectiva, a população idosa, transforma-se em uma preocupação muito mais ameaçante do que a velhice como um processo biológico. A necessidade, portanto, de encontrar alternativas de inclusão social deste grupo etário, supera a motivação histórica de estudar o envelhecimento para entender suas causas e encontrar a fonte da juventude. Desta forma, a preocupação dominante sobre o tema, baseada nos aspectos físicos e em um enfoque isolacionista da velhice, se vê progressivamente suplantado por uma concepção que transforma o envelhecimento em uma questão pública.

A Organização das Nações Unidas, em suas três últimas conferências internacionais sobre população, destacou as questões relacionadas com o envelhecimento populacional. Os debates desenvolvidos apresentam quatro principais conclusões: a) é um fenômeno sem precedentes e, por tanto, não tem paralelo na história da humanidade; b) é um fenômeno geral, pois influencia direta e indiretamente a crianças, jovens, adultos e ao próprio grupo de pessoas idosas, na medida em que pode afetar a equidade e a solidariedade intra e intergeracional; c) é um fenômeno profundo, pois produz consequências no âmbito econômico, social e político. No primeiro caso, o envelhecimento populacional incide no crescimento econômico, na poupança, no investimento, no consumo, no mercado de trabalho, nas aposentadorias, na tributação, nas transferências intergeracionais. Socialmente, afeta a composição familiar, a atenção à saúde, habitação, entre outros. No político, se reflete em um novo perfil de representação e do voto. A ONU reconhece, ainda, que é também um fenômeno duradouro. Os estudos e projeções realizados apontam para a continuidade das causas que geram o envelhecimento populacional durante o século XXI (ONU, 2002c:XLV).

Ao mesmo tempo, a Organização Mundial da Saúde, considera o envelhecimento populacional como uma revolução demográfica que se



constitui ao mesmo tempo em um triunfo e um desafio para a humanidade. Constata, ainda, que se trata de um fenômeno mundial em que os países periféricos (ou em desenvolvimento) têm uma importância fundamental devido à rápida velocidade em que ocorre este processo (OMS, 2002:76)

O debate político que se desenvolve em torno da transição demográfica pode ser apresentado por duas posições antagônicas. De um lado, a tendência dominante de interpretá-lo de forma alarmista associando o envelhecimento com a escassez dos recursos públicos para atender às crescentes demandas deste e dos demais grupos sociais. Os argumentos se baseiam na ideia de que o aumento da população idosa produz o incremento dos gastos em saúde e a redução da atividade econômica. Frente a esta perspectiva, se opõe uma interpretação crítica que, além de perceber o envelhecimento demográfico como um fenômeno positivo, questiona a associação entre este fenômeno e o aumento dos gastos sociais. Considera que é um erro supor que, nas próximas décadas, as pessoas idosas terão a mesma necessidade e exigências que as atuais. Serão pessoas mais saudáveis e menos dependentes do sistema de saúde. Argumenta, ainda, que se trata de uma visão conservadora acreditar que o modelo ideal da sociedade futura esteja baseado na tradicional pirâmide etária em que a população jovem e economicamente ativa é majoritária. Defende a ideia de que é necessário planejar um nova sociedade, com distintas formas de dinamizar a economia considerando o potencial de consumo e de agilização de novos mercados e serviços produzidos pelas pessoas idosas.

Essa polêmica, se incluiu num debate mais amplo a respeito do tamanho e do papel do Estado na condução da economia. Um debate, que não cabe, nos limites deste projeto, aprofundá-lo, mas que será desenvolvido ao longo da pesquisa bibliográfica. No entanto, essa polarização evidencia que, a discussão sobre as medidas a serem adotadas para enfrentar o envelhecimento populacional, está pautada por uma polêmica fortemente ideológica, cujo conhecimento da situação real deste grupo de população tem uma importância central.

Diante, portanto, da transição demográfica e do debate decorrente de percepções ideológicas diferentes sobre este processo, há uma progressiva implementação da ideia de que as pessoas idosas devem ser inseridas na dinâmica da sociedade. Ocorre, tanto por parte dos estudiosos sobre o tema como do próprio movimento organizado e - também deve ser registrado - da postura individual e estendida de diversas pessoas que hoje tem mais de sessenta anos, de ruptura com os paradigmas dominantes sobre a velhice. Coincidentemente, a atual geração de pessoas idosas fez parte de um momento histórico de grandes mudanças ocorridas nas décadas de 1960/1970 do século passado. Foi um período em que floresceram movimentos de contestação (movimento feminista, movimento hippie, movimento negro, movimento dos trabalhadores, entre outros), que marcaram fortemente este grupo geracional.

E, como falar de mudanças, sem falar na atuação de movimentos e reivindicações nos centros urbanos? E, como seguir à orientação hegemônica proposta pelo conceito de Envelhecimento Ativo, sem considerar a atuação deste coletivo no âmbito das cidades?

### **A cidade e a hierarquização de seus cidadãos**

A cidade, aqui é compreendida, como um local onde se estabelecem as relações, se vislumbram os contrastes e, acima de tudo, revela a fotografia da distribuição das posições de poder exercidas na sociedade.

Entender a forma como a pessoa idosa percebeu a sua cidade (durante a juventude) a percebe hoje e como gostaria que ela fosse, nos dará a dimensão de como este grupo populacional está ou não incluído neste espaço. Poderemos, portanto, ver até que ponto o Envelhecimento Ativo pode ser viabilizado nos espaços públicos ou se trata apenas de um conceito em que a atividade refere-se unicamente à prática individual e restrita aos espaços privados conquistados ou cedidos a esta população.

Recife é a terceira capital brasileira em número de pessoas idosas ficando abaixo apenas de Porto Alegre e do Rio de Janeiro. Este dado quantitativo, por si só, já justificaria o estudo aqui proposto, como forma de conhecer e dar visibilidade a este coletivo que é, segundo pesquisa do IBGE, o contingente populacional que mais cresce no Brasil. A população idosa brasileira (IBGE:2010) que hoje corresponde a 13,0% da população total, será em 2050, ou seja, no espaço de apenas uma geração, de aproximadamente 33%, transformando o Brasil no sexto país em termos absolutos de pessoas idosas no ranking mundial (Camarano:2016). Pernambuco e sua capital Recife, se apresentam um pouco abaixo da média brasileira com uma população idosa de 10,6% e 11,8%, respectivamente. Esta mudança no perfil etário da população, não demonstra apenas o aumento do contingente de pessoas idosas acompanhado da diminuição dos grupos de jovens e crianças. Observa-se, também, o fenômeno do envelhecimento dentro do envelhecimento, ou seja, o aumento proporcional considerável da população com mais de 80 anos de idade. Este foi o grupo que mais cresceu no período intercensitário (quase 50%). Igual relevância tem o processo de feminização da velhice, entendida como a preponderância quantitativa das mulheres neste grupo de população, que vai aumentando com o avanço da faixa etária. As mulheres, que são 55,7% do total das pessoas idosas, aumentam esta proporção na medida em que se torna mais velho o subgrupo etário. Entre estes a proporção de mulheres é de 61,5%.(CAMARANO, 2016) Além do aspecto quantitativo, há especificidades que reforçam a necessidade de analisar de forma diferenciada a velhice da mulher, tais como: (a) estão mais sujeitas a ter deficiências físicas e mentais do que seus parceiros masculinos; (b) há uma elevada proporção de mulheres vivendo sozinhas; (c) as idosas brasileiras desta geração não tiveram um trabalho remunerado durante a sua vida adulta. Em caso de ter havido essa remuneração, em geral, era inferior àquela recebida pelos homens; (d) com a velhice e a viuvez, tendem a assumir o papel de chefes de família e provedoras. Segundo o PNAD, com a velhice, o crescimento da taxa de chefia de família por mulheres foi de 6,3%, exponencialmente maior do que o crescimento da chefia de famílias por homens, de 0,4%; (e) quando não ocorre a viuvez, há uma grande tendência de que se transformem em cuidadoras de seus companheiros.

Ao lado destas diferenciações na composição etária e de sexo deste coletivo, há outras variáveis – escolarização, situação domiciliar, renda-, que ampliam a heterogeneidade interna desta população. Relevante também o aumento da proporção de pessoas idosas que são atualmente responsáveis por domicílio. No Brasil, eles representam 62,4% dos idosos que correspondem a 20% do total de domicílios.

Dessa forma, este projeto pretende estabelecer conexões e possibilidades entre a percepção que a população idosa tem da sua cidade com a proposta de *Envelhecimento Ativo*, que estimula a participação deste grupo etário em seu contexto social. Entender a cidade vista por eles e suas expectativas em relação à cidade contribuirá para que se possa pensar estratégias, alternativas, soluções para as reais dificuldades vividas na cidade ao mesmo tempo em que se buscará estimular a participação deste coletivo baseado na concepção do EA.

### **Velhice e Cidade**

Este estudo se inclui no conjunto de formulações teóricas no âmbito da Sociologia e da Psicologia, que entende a velhice como uma construção social, subjetiva e plural, cujo significado e consequente posição nas diversas estruturas de poder está vinculado diretamente ao contexto socioeconômico mais geral. Neste sentido, pretende-se também contribuir para ampliar as reflexões que, a partir de uma análise crítica dos paradigmas dominantes de compreensão do envelhecimento, buscam propor novas alternativas de inclusão deste coletivo na realidade social mais ampla.

Não é tarefa fácil mudar ideias tradicionais, tais como, as que associam juventude a um estado ideal de saúde e produtividade a ser perseguido. Porém, não se trata de uma tarefa impossível de ser realizada diante da visibilidade alcançada e das alternativas sugeridas por alguns estudos e, principalmente, pela luta organizada das próprias pessoas que hoje estão idosas. Uma das primeiras medidas é encarar a diversidade desse coletivo,

que espelha a mesma diversidade presente em todas as gerações. Ninguém fica velho ou velha de repente. É a mesma população jovem, tão diferente e diversa, que chega à velhice, por sua vez, diferente e diversa.

Este projeto está sedimentado em dois pressupostos básicos. O primeiro deles de que as cidades refletem as desigualdades provocadas pela globalização, e que é a partir delas, que podemos criar alternativas para superar as dificuldades que enfrentam, tanto aqueles excluídos por razões econômicas, como também aqueles por razões étnicas, de gênero e de idade, muitas vezes, associando duas ou mais destas categorias, como é o caso, por exemplo, das mulheres, pobres, negras e idosas.

O segundo pressuposto que funda este projeto, está na ideia de que, principalmente nas cidades de grande e médio porte, a população idosa tende a ampliar o seu isolamento, por não encontrar um ambiente propício de convivência, tanto pelos obstáculos típicos dos grandes centros urbanos; tanto por que os espaços públicos tendem a não contemplar a este grupo etário em seus planos. Pretende-se observar essa hipótese e, em se confirmando, identificar os principais aspectos que reforçam este isolamento.

Esse significado das cidades está sendo estimulado por diversas iniciativas internacionais, entre elas, a Rede Internacional do Projeto Cidades Educadoras, da qual o Brasil faz parte. No I Congresso Internacional das Cidades Educadoras realizado em 1990, foi elaborada a Carta Inicial (Declaração de Barcelona), com os princípios essenciais ao impulso educador das cidades. Tal documento, revisto nas seguintes edições do Congresso (1994 e 2004), partiu do diagnóstico de que o século XXI tem como grande desafio o investimento na educação de cada pessoa principalmente no que diz respeito ao sentido de responsabilidade consigo e com a comunidade expressa pela capacidade de diálogo, de confrontação e de solidariedade. Assim, uma cidade será educadora se “oferecer todo o seu potencial de forma generosa, deixando-se envolver por todos os seus habitantes e ensinando-os a envolverem-se nela” (REDE BRASILEIRA; 2004)

Especificamente destinado a entender esta relação entre a população idosa e a cidade, tem-se um estudo realizado em 2008 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), denominado Cidade Amiga do Idoso, onde foi realizado um diagnóstico dos problemas e soluções em trinta e três cidades no mundo, entre elas o Rio de Janeiro e, em 2015, a mesma organização lança o Guia de Adaptação das Cidades às Populações Idosas (OMS,2015). Nesse Guia, são apontados os indicadores básicos e os complementares de adequação das cidades à população idosa. De início, já chama a atenção a necessidade de “adequar” as cidades a este grupo populacional o que, por si só, revela que estes espaços não são planejados tendo em conta o envelhecimento individual nem o demográfico. Entre os principais indicadores identificados no estudo estão: equidade, acessibilidade e integração. Esses indicadores serão utilizados como parâmetro para a análise dos aspectos apontados pelas pessoas idosas no universo desta pesquisa (OMS, 2008; 2015).

Concebe-se a cidade como um espaço privilegiado de aprendizagem, que não deve estar fechado em si mesmo, mas sim, em permanente intercâmbio com outras comunidades. Por tanto, as ações que serão desenvolvidas no âmbito do Projeto Velhidade, encaixa-se nos princípios básicos contidos na Declaração de Barcelona dos quais destacamos: a) A cidade deverá oferecer aos seus habitantes a possibilidade de ocupar um lugar na sociedade; aconselhá-los sobre a sua orientação pessoal e profissional e facultar a sua participação numa ampla gama de atividades sociais; b) A cidade incentivará o Associativismo com o fim de formar os jovens para a tomada de decisões, canalizar atuação ao serviço da sua comunidade e obter e difundir informação para promover o seu desenvolvimento social, moral e cultural; c) A cidade educadora deverá ensinar os seus habitantes a informar-se, formar na informação. Estabelecerá instrumentos úteis e linguagens adequadas para que os seus recursos estejam ao alcance de todos num plano de igualdade. Certificar-se-á que a informação abranja os habitantes de todos os níveis e idades; d) Uma cidade educadora deverá saber encontrar, preservar e divulgar a sua própria identidade. Deste modo fará algo único que servirá de base a um diálogo fértil com os seus habitantes e com outras cidades. A valorização dos seus costumes e das suas origens deve ser compatível com os modos de vida

internacionais. Poderá assim oferecer uma imagem atrativa sem desvirtuar o seu ambiente natural e social; e) A transformação e o crescimento de uma cidade deverão ser regidos pela harmonia entre as novas necessidades e a perpetuação de construções e símbolos que constituem claras referências do seu passado e da sua existência; d) A cidade favorecerá a liberdade e a diversidade cultural. Acolherá tanto as iniciativas da vanguarda como a cultura popular; f) Todos os habitantes da cidade tem o direito de refletir e participar na criação de programas educativos, e a dispor dos instrumentos necessários que lhes permitam descobrir um projeto educativo, na estrutura e na gestão da sua cidade, nos valores que esta fomenta, na qualidade de vida que oferece, nas festas que organiza, nas campanhas que prepara, no interesse que manifeste por eles e na forma de escutá-los; g) Uma cidade educadora não segregará as gerações (REDE BRASILEIRA; 2004)

Dessa forma, será no contexto teórico estabelecido por Touraine (1999), que se analisará a relação do coletivo idoso com a cidade. Na perspectiva do sentimento de pertinência, definido pela ideia de que o indivíduo se sente parte de uma coletividade, compartilhando ideias e valores, que parecem comuns, com o meio social onde vivem. Como afirma o autor, no período da industrialização do mundo ocidental, passamos da comunidade para a sociedade. Nesse momento, vivemos o inverso: “Das ruínas das sociedades modernas e de suas instituições saem, por um lado, redes globais de produção, de consumo e de comunicação e, por outro lado, uma volta à comunidade” (Touraine,1999:10). Longe da decomposição dos laços estabelecidos nas comunidades locais, observa-se um movimento de reforço e ampliação do espaço público político.

Para além da luta pela preservação da vida é importante assinalar que o coletivo de pessoas, idosas ou não, lutam por reconhecimento. Nessa perspectiva Honnet (2003) destaca que existem três modos inter-relacionados na luta por reconhecimento, o amor, o direito, e a solidariedade. Reflete também, que maus tratos, negação dos direitos, e ofensas se constituem como desrespeito à dignidade humana. Nas palavras dele “as formas de desrespeito

são fontes motivadoras de lutas sociais, principalmente quando se consegue conectar as experiências em grupo” (HONNET:2003,278).

O reconhecimento social perpassa pela orientação das capacidades individuais pelos vários Outros generalizados. Os fundamentos normativos do reconhecimento dos modos de pertencimento comunitário fundados na honra, e no status se desfazem no cenário jurídico onde se reconhece a universalidade de direitos individuais, por um lado, e por outro uma dimensão meritocrática em que a pessoa adquire reconhecimento por meio da sua performance, notadamente pelo trabalho, pelo sucesso reconhecido socialmente na comunidade, nos espaços sociais onde transita. Neste sentido, o sujeito pode se sentir e ser excluído pelo outro, afetando a sua identidade e autoestima. Tal luta, portanto, vai além da redistribuição de bens materiais, incluindo uma luta por estima social.

Nesse contexto é que se busca: 1. Desenvolver ações que estimulem a reflexão e o entendimento a respeito da cidade e da cidadania por parte do coletivo idoso; 2) Contribuir para a construção de um projeto de participação social das pessoas idosas nos espaços urbanos; 3) Estimular o empoderamento da população idosa para a vida na cidade dentro da perspectiva do sentimento de pertinência. Para tanto, consideramos: a) Levantar indicadores qualitativos da ideia de pertencimento do coletivo idoso à cidade; b) Estabelecer relações entre as experiências e expectativas das pessoas idosas em sua vivência de cidadania; c) Identificar os aspectos da vida urbana que estimulam ou rejeitam a participação social desse grupo;

### **Procedimentos Metodológicos**

Este projeto adota uma abordagem qualitativa na medida em que pretende uma aproximação maior com os habitantes da cidade buscando apreender aspectos subjetivos e interpretativos em relação ao cotidiano de seus moradores. Será realizada em dois anos.



A Pesquisa-Ação investiga enquanto age por meio de técnicas de pesquisa consolidadas tendo por finalidade mobilizar o coletivo em foco no sentido de transformar subjetiva e/ou objetivamente suas condições de vida. Desenvolve-se por meio de um fluxo contínuo de ação/reflexão/investigação/avaliação e planejamento, que permite o reconhecimento, por parte do grupo em foco, da realidade vivida e sua ressignificação ensejando novas práticas.

Este projeto será desenvolvido inicialmente no Recife com grupos de pessoas idosas das instituições parceiras do projeto (UFPE e FAFIRE) e, ainda, com voluntários com mais de sessenta anos da Associação de Moradores do bairro da Madalena. O ciclo básico da investigação/ação será iniciado a partir de encontros com os grupos já existentes, onde será colocado o objetivo do trabalho e seus procedimentos, e selecionados aqueles que desejem participar. Os grupos serão formados com o número máximo de 14 e mínimo de 8 pessoas, quantitativo considerado adequado para a utilização de técnicas consolidadas na pesquisa social, tal como Grupos Focais. A quantidade de sessões a serem realizadas obedece a ideia fundante desta metodologia: construção de novas concepções e práticas do seu cotidiano. Neste caso, da relação da pessoa idosa com a sua cidade. “A aplicação deste recurso metodológico pode fornecer uma importante ferramenta na aproximação dos pesquisadores/profissionais ao universo da população-alvo, em diversos momentos do desenvolvimento de programas e pesquisas. E, dependendo de sua utilização, pode contribuir para dar vez e voz a grupos que tradicionalmente não são ouvidos (quando não silenciados), ou quando o são, sua escuta é feita sob a ótica do outro que não compartilha de suas questões e questionamentos”(BORGES ,SANTOS; 2005).

Estão inicialmente definidos apenas os temas mais abrangentes e preliminares que nortearão as discussões. São eles: a cidade que vivi, a cidade que vivo , a cidade que quero e como posso ser cidadão. Com base nas discussões serão organizados os diversos aspectos por eles identificados, tais como, aqueles relativos à saúde, ao afeto, às condições materiais de vida, mobilidade, entre outros.

Este projeto pretende se consolidar como uma ponte simbólica, dentre todas as de concreto que o Recife já tem, entre a memória da cidade e o despertar da atenção de seus moradores para a sua história. Pretende-se, assim, estimular o sentimento de pertinência do recifense com mais de sessenta anos de idade com a sua cidade contribuindo para criar alternativas de superação das desigualdades.

## Referências Bibliográficas

BEAUVOIR, Simone. A Velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BERNADI, Jorge Luiz. **Funções sociais da cidade : conceitos e instrumentos**. Curitiba: 2006. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006. 136f.

BORGES, Camila Delatorre; SANTOS, Manoel Antônio dos. **Aplicações da técnica do grupo focal: fundamentos metodológicos, potencialidades e limites**. *Rev. SPAGESP*, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 74-80, jun. 2005.

Disponível em

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702005000100010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702005000100010&lng=pt&nrm=iso). acessos em 17 jun. 2017.

CAMARANO, Amélia et all. Política Nacional do Idoso. Velhas e Novas Questões. Rio de Janeiro: IPEA, 2016

HONNETH, A. (2003). **Luta por reconhecimento** (L. Repa, trad.). São Paulo: Editora 34.

OMS. **Medición del Grado de Adaptación de las Ciudades a las Personas Mayores: guía para el uso de los indicadores básicos**., 2015. Genebra: 2015. Disponível em: [www.who.int](http://www.who.int).

REDE BRASILEIRA DAS CIDADES EDUCADORAS. **Carta das Cidades Educadoras**. 2004. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/Andreia73/carta-das-cidades-educadoras> TOURAINÉ, A. Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**/ Stuart Hall, Kathryn Woodward.